

# AS LUTAS SOCIAIS DOS CANAVIEIROS NO INTERIOR DE SÃO PAULO ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980: ASSASSINATO E IMPUNIDADE

*Danilo Valentin*<sup>1</sup>

*Gabriel da Silva Teixeira*<sup>2</sup>

*Luciana Carvalho e Souza*<sup>3</sup>

*Oswaldo Aly Junior*<sup>4</sup>

*Rafael Aroni*<sup>5</sup>

*Yamila Goldfarb*<sup>6</sup>

**Resumo:** O Estado de São Paulo é comumente retratado como o estado mais moderno do país, cujo campo seria o mais desenvolvido. Essa ideia esconde e sempre escondeu uma faceta perversa do desenvolvimento do capitalismo no campo: a imensa precariedade nas condições de vida e de trabalho e a enorme exploração dos trabalhadores, faceta essa que só se agravou com os períodos autoritários. O presente artigo busca retratar justamente isso, bem como parte da resistência que houve a essas condições no Estado, particularmente as ligadas à produção canavieira.

**Palavras-Chave:** Greve Guariba; Repressão; Sindicatos Rurais; Partido Comunista Brasileiro.

---

*1 Geógrafo pela FCT-UNESP, Mestre em Ciências pela EACH-USP, Conselheiro da ABRA e Pesquisador do NERA ([vip\\_danilo@hotmail.com](mailto:vip_danilo@hotmail.com));*

*2 Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisador da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, Conselheiro da ABRA SP ([dasilva.gp@gmail.com](mailto:dasilva.gp@gmail.com));*

*3 Doutoranda em geografia pela Universidade de São Paulo ([carvalhoesouza.lu@gmail.com](mailto:carvalhoesouza.lu@gmail.com));*

*4 Engenheiro Agrônomo, MSc PROCAM-USP, doutorando do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (IGc-USP), professor colaborador UNIARA, pesquisador do NUPEDOR, e do CEPAS-IGc-USP ([oalyjunior@gmail.com](mailto:oalyjunior@gmail.com));*

*5 Doutorando em Ciência Política pela Unicamp e Professor de Sociologia PEB II.*

*6 Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Pesquisadora da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva ([yamilamata@yahoo.com.br](mailto:yamilamata@yahoo.com.br));*

**Abstract:** The State of São Paulo is commonly portrayed as the most modern state of the country, whose field would be the most developed. This idea hides and always hid a wicked facet of capitalist development in the field: the immense precarious conditions of life and work and the huge exploitation of workers. This facet only got worse during authoritarian periods. This article seeks to portray this process, as well part of the resistance to these conditions in the state, particularly regarding sugarcane production.

**Keywords:** Guariba strike; Repression; Rural Syndicate; Brazilian Communist Party

## **Perseguições e prisões do DEOPS: repressão às Ligas e a militantes comunistas**

Com receio em relação ao ascenso do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, e sob uma forte pressão do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Supremo Tribunal Eleitoral cancelou o registro partidário do PCB em 7 de maio de 1947. Segundo Welch (2010), Dutra teria ameaçado Adhemar de Barros com uma intervenção “a menos que ele ordenasse que sua polícia desmantelasse o partido e seus grupos filiados, confiscando documentos e prendendo militantes” (WELCH, 2010, p.145).

Em 9 de maio, a polícia invadiu o partido na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Ribeirão Preto, confiscando materiais, inclusive “seis convites vermelhos para os Trabalhadores Rurais de Barrinha”, um estatuto para os “trabalhadores Assalariados Agrícolas” e dois recibos mensais da Liga Camponesa de Dumont.

Num intervalo de um dia, a polícia militar também invadiu a casa dos pais de João Guerreiro Filho, militante comunista da região. Lá também houve confisco de materiais políticos. Outros seis policiais saquearam a casa do camponês Pedro Salla, embora não tenha sido “encontrado nenhum documento” (WELCH, 2010, p.145). Em entrevista, Pedro Sallas mencionou impactos da perseguição ao cotidiano familiar:

Ela [sua esposa] me repreendeu muito (...). O trabalho me afastava demais da minha família e ela estava com medo que eu fosse preso. Depoimento de Pedro Sallas, em Welch, 2010.

No mesmo contexto, João Rojo, natural do município de Jaú, era ferroviário e militante do Partido Comunista Brasileiro. Foi preso em 29 de

julho de 1949 acusado de comunismo. Em busca realizada em sua residência, na cidade de Pitangueiras, a polícia apreendeu boletins de propaganda considerada subversiva, jornais e cartas. No prontuário do DEOPS também consta a informação de que como militante, dedicava-se a distribuição dos impressos “Notícias de Hoje” e “a Crítica”.

Segundo o DEOPS, os materiais foram distribuídos na Fazenda Santa Vitória e na Usina São Vicente, ambos em Pitangueiras. Segundo o documento, o objeto da distribuição dos materiais era “incitar a greve entre o operariado agrícola” (SILVA, 2003, p.134). Foi libertado em 9 de agosto do mesmo ano.

Já em 23 de fevereiro de 1948 João Rojo teve seu nome incluído numa relação de comunistas da região de Barretos e em uma relação de distribuidores de jornais comunistas. O prontuário do DEOPS de Barretos é 90575.

Em Serrana, a serviço do PCB, Saviero estabeleceu-se na fazenda Martinópolis, no ano de 1953 e tentou mobilizar os trabalhadores em uma organização trabalhista. No entanto, quando estava em vias de estabelecer o sindicato, foi preso pelo DEOPS, sendo interrogado sobre a atividade “subversiva” e sua possível filiação comunista. Permaneceu preso por 2 meses, sendo liberado após o DEOPS entender que o proprietário da fazenda estava realmente fora da lei em relação aos baixos salários.

## **Intimidação e prisão de lideranças: Celso Ibson de Syllos, Antônio Crispim da Cruz, Irineu de Moraes, Nazareno Ciavatta e Mário Bugliani**

No período pré golpe de 1964 já ocorriam perseguições às lideranças rurais de Ribeirão Preto, especialmente àquelas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os registros sobre Irineu Luiz de Moraes, conhecido como Índio, segundo relato de Cidinha Santos “um homem alto, magro, voz forte, feições de indígena. Era inconfundível numa multidão. Tinha um jeito original de contar histórias, um sorriso largo e uma gargalhada sincera e uma personalidade forte”. Ele passa a ter contatos com militantes Comunistas em Araraquara no ano de 1933. Em 1935, é preso com esse grupo.

Na década de 1940, participou na organização da Liga Camponesas de Dumond. No início dos anos sessenta, Índio continuava junto com

seus companheiros de PCB, na luta dos trabalhadores rurais, na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e urbanos pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), sendo o homem do campo, a preferência de seu trabalho. Segundo registros, Índio teria sido perseguido pelo DEOPS em 1963, sob acusação de “subversão” e de “ameaça à ordem pública” (TERRA LIVRE, 1963). A polícia estadual chegava a parar ônibus para tentar capturar o militante. Com a desarticulação e destruição das organizações políticas após o golpe de 1964, o partido passa por profunda luta interna, e Irineu com outros companheiros partem para dissidência com Carlos Marighella, na ALN (Ação Libertadora Nacional). Em 1969 foi preso e barbaramente torturado, sucedendo-se mais prisões. Ao longo de sua vida de militante, Irineu (Índio) teve aproximadamente umas 20 prisões, algumas mais longas, outras somente para declarações aos órgãos de repressão. Em 1970, após ser submetido a sessões de choques, pancadas, murros e urros de dor, na Operação Bandeirante, é solto para morrer, pelo estado precário com cabeça, braços e pernas enfaixados, colocado em um vagão para o interior. Consegue chegar em Ribeirão Preto, ser operado, e salvar-se. No final da década de 1970, após sofrer um atropelamento, mesmo com dificuldades de locomoção, participou da campanha de venda de bônus para os operários em greve em 1979, no ABC.

Nazareno Ciavatta, também militante do Partido Comunista Brasileiro, outra liderança perseguida no período pré-golpe de 1964 foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto. Na década de 1950, Ciavatta sofreu cinco processos judiciais que traduziram as perseguições por atuar junto aos trabalhadores da lavoura. Em 26 de março de 1955, o fazendeiro Quintino Facci, contando com apoio da polícia militar e civil, monta um flagrante para prisão de Nazareno, sob acusação de agressor e baderneiro, sendo incurso na Lei de Segurança Nacional, forma que encontraram para impedir a ação do sindicato em transmitir aos trabalhadores da lavoura seus direitos. Não conseguindo este intento, tentaram processá-lo por estelionato, alegando que o sindicato não tinha existência legal. O fazendeiro interrogou e constrangeu dentro das dependências da delegacia os trabalhadores levados presos, com ameaças. Este primeiro processo lhe valeu três meses de prisão, condenado por lesões corporais e resistência, na sentença de 06 de

dezembro de 1957, Concedido “sursis”, para que não fosse para cadeia. Durante o cumprimento da pena teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos, pois Nazareno era um potencial candidato a cargo público eletivo em 1958, isto preocupava o poder local e regional.

Em 17 de maio de 1955, quando ainda se encontrava preso pelo primeiro processo, Nazareno é acusado por ser responsável pela distribuição de panfleto, onde são feitas denúncias contra autoridades e fazendeiros, em particular Quintino Facci. Em 08 de agosto de 1955, outro inquérito é montado novamente tentando incriminá-lo pela Lei de Segurança Nacional. Em 22 de Fevereiro de 1957, Nazareno é acusado novamente por estelionato, sob alegação de que o Sindicato não havia sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Este processo começa quando ele encaminha um Ofício para o Delegado de Polícia da cidade de Guará, solicitando devolução de nove carteiras de associados do sindicato e que residiam e trabalhavam em fazendas daquela cidade. Assim, no prazo de dois anos, Nazareno respondeu por cinco processos, o que afetou sua vida familiar, de amigos e companheiros.

Em 01 de abril de 1964, trabalhava como furador de buracos na rua, para prefeitura municipal, foi preso e levado para o Quartel de Polícia Militar de Ribeirão Preto, passou por interrogatório, e forte pressão psicológica. Por trinta dias a família ficou sem informações de Nazareno. Não existe data de sua saída.

Mário Bugliani era outro militante constantemente ameaçado. Vinculado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pontal, era procurado por subversão e “ameaça a ordem pública”. De forma semelhante às ameaças proferidas à Irineu de Moraes, Mario Bugliani já era intimado desde março de 1963 (TERRA LIVRE, 1963).

Em maio de 1964, no pós golpe, Padre Celso Ibson de Syllos, membro da Frente Agrária Paulista, organização da Igreja Católica fortemente atuante na sindicalização dos trabalhadores rurais em alguns municípios vizinhos a Ribeirão Preto, teve de se esconder em um santuário franciscano, em Petrópolis, por três meses, por ter se colocado em oposição ao golpe. De volta à cidade de Ribeirão Preto, mesmo sem nenhum mandado, o padre foi levado à prisão e colocado junto a outros opositores (WELCH, 2010).

Antônio Crispim da Cruz, do Sindicato Trabalhadores Rurais Cravinhos, e Otávio Sampaio do STR de Batatais, também foram

intimidados, todos a mando de um fazendeiro local. No caso, Crispim teve a casa invadida pela polícia:

Os militares intimidaram líderes da frente agrária, como Otávio Sampaio, de Batatais, e Antônio Crispim da Cruz, de Cravinhos, mas, no final, permitiram que continuassem a exercerem as funções de presidentes de seus respectivos sindicatos. Na verdade, se por um lado os militares destruíram a Supra, fecharam centenas de sindicatos, e forçaram os comunistas notórios a buscarem a clandestinidade, por outro eles não arrancaram totalmente as árvores do movimento camponês [...]. Nas recordações de Crispim a respeito do golpe, a legitimidade fundamental do movimento merece destaque. No dia 1o de abril, a polícia chegou a sua casa orientada por seu patrão, o proprietário da Fazenda São José de Colônia Preta. Como sua casa servia de escritório do sindicato, a polícia revirou-a, recolhendo papéis e quebrando os móveis, em busca de documentos escondidos, armas e explosivos. Eles levaram Crispim à delegacia de Ribeirão Preto, onde diversos agentes do Deops o interrogaram. Para cada acusação, ele protestava não ter feito nada de ilegal. O fazendeiro que o tinha denunciado é que havia violado a lei, ao maltratar seus empregados, pagando mal, e “até proibiu o padre de entrar na fazenda pra socorrer uma família lá que estava passando fome”. Nas memórias de Crispim, essa acusação transformou a polícia de inquisidores em advogados.

O capitão do exército pegou e perguntou para ele se era verdade tudo que eu estava dizendo, ele pegou e disse: Infelizmente é verdade. Aparentemente, a polícia considerou as acusações de Crispim emocionantes e legítimas, porque, algumas horas depois, ele foi liberado para ir para casa (WELCH, 2010, p.414).

O caso mostra não só a virada da polícia local após o relato de Crispim em relação aos verdadeiros culpados pelos conflitos, mas também a forma pela qual a relação entre expoentes fazendeiros e organizações policiais se davam. No caso de Crispim e Padre Celso Ibson de Syllos, as prisões eram feitas tendo como suporte a indicação de fazendeiros.

## **Perseguições e ameaças no campo: pressões e exílio**

Dirigentes sindicais rurais de Ribeirão Preto, Cravinhos e Pontal, no dia 29 de agosto de 1979, ouviram da Subdelegada do Trabalho da região de Ribeirão Preto, Aluíza Pélicom, que a entidade não fiscalizaria o cumprimento dos acordos coletivos entre usinas e organizações sindicais.

A subdelegada do trabalho afirmou, durante reunião com os sindicatos, que o motivo da não fiscalização se dava em função da série de ameaças que estaria sofrendo dos empreiteiros da região. Segundo cálculos feitos pela Federação dos Trabalhadores Rurais (FETAESP), cerca de três mil trabalhadores seriam prejudicados.

Assim como houve pressões a funcionários, a professora da Faculdade de Serviço Social de Lins, Nobuco Kameyama foi perseguida e teve que se exilar na Bélgica, fugindo com a ajuda do Bispo Dom Pedro Paulo. A perseguição se devia ao trabalho desenvolvido por Nobuco junto aos trabalhadores rurais da região de Jales e Andradina, em especial os assalariados temporários da cana de açúcar.

Nobuko era assistente Social, Doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, 1978) e Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu trabalho era voltado para a organização dos trabalhadores rurais da região. Estudou Serviço Social na Faculdade de Serviço Social de Lins (SP), onde foi professora por um longo período. Foi ainda nessa cidade a primeira diretora do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), com o Pe. Augusti, onde iniciou seu trabalho social no campo da organização dos trabalhadores rurais, em especial os volantes do corte de cana.

Em audiência à Comissão da Verdade Rubens Paiva, Maria Aparecida Trazzi Vernucci da Silva fez um relato emocionado sobre a trajetória de Nobuko Kameyama, explicando os motivos da sua perseguição por parte do regime militar:

Muito lhe devem os cortadores de cana, os sem-terra, os grupos e movimentos de mulheres, entre elas lavadeiras e empregadas domésticas. Por estar sofrendo ameaças dos militares, Dom Pedro Paulo, bispo local, enviou-a para estudar em Louvain, na Bélgica. Depois de um tempo ela se transferiu para Paris, onde concluiu seu doutorado em sociologia, estudando a mobilização e a organização dos lavradores na região de Jales e procurando entender melhor as condições de vida, de trabalho e as lutas sociais dos camponeses. Esteve presente na criação e organização do Partido dos Trabalhadores em Lins, pelo qual foi candidata a deputada estadual. Saindo de Lins, Nobuco assumiu a escola de formação política do PT em Cajamar (SP). Trabalhou na pós-graduação de Serviço Social da PUC de São Paulo e depois assumiu a pós-graduação nessa mesma área na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA, 2014).

## **Assassinato, desaparecimento administrativo de inquérito policial, não apresentação de denúncia e queixa crime, impunidade civil e criminal: o conflito social de Guariba**

Exemplo emblemático da luta que se dava por direitos trabalhistas e sociais por melhores condições de trabalho e vida, em regiões onde o agronegócio já se havia instalado, o conflito ocorrido em Guariba, em princípios da década de 1980, ilustra bem as condições nas quais se encontrava boa parte dos trabalhadores do Estado de São Paulo, bem como as forças contra as quais tinham que se organizar e lutar.

Em julho de 1983, as usinas da Região de Ribeirão Preto-SP modificaram o sistema de trabalho no eito dos canaviais. Até então, cada trabalhador recebia cinco ruas (fileiras de cana) cortadas, devendo amontoar as canas na rua do meio. Com as modificações propostas pelos usineiros, os assalariados passaram a cortar sete ruas, o que significou maior dispêndio de energia e tempo, para realizar a atividade de colheita de mais duas ruas e amontar na leira do meio (ALVES, 1991; BARONE, 1999), e implicou em substancial perda de produtividade, em torno de 50% a 40% (SILVA, 1997), com reflexos em perdas salariais e aumento da exaustão e da jornada de trabalho.

Diversos atores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos de trabalhadores rurais (FETAESP) e lideranças de partidos políticos (PT) questionaram o sistema de sete ruas e fizeram a denúncia publicamente. “A partir dessas articulações, surgiram as 14 reivindicações que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região tentavam negociar com os patrões, pelo menos noventa dias antes da revolta de 15 de maio de 1984” (PENTEADO, 1995, p. 41).

Eram comuns que estes atores fossem frequentemente proibidos de entrar nas fazendas para fiscalizar as medições do corte. Um dos mediadores locais, num relato documentado da época (Guariba 1984, de José Roberto Novaes e Francisco Alves), descreve o clima de ameaça constante aos trabalhadores que lutavam e reivindicavam melhores condições de trabalho:

No alojamento, o trabalhador não tem liberdade nenhuma. [...] Um dia que estava em Guariba, um colega meu disse que a Usina tinha ameaçado mandar ele embora porque ele tinha entrado em contato com a gente, conversado com a gente e que é proibido até parente entrar no alojamento. A gente fica igual que numa senzala na época da escravidão. Trabalhador tá no cativo ainda (NOVAES, ALVES, 2001).



Não bastasse a exploração e a privação de liberdade, houve outro fato que de alguma forma resultou no estopim do levante e greve de 1984: uma mudança no cálculo da taxa de água e esgoto por parte da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo). A cota de consumo para a cobrança da tarifa mínima foi aumentada, com reflexos diretos nas contas de água dos assalariados canavieiros. Como afirma Barone (1999), tal situação levou a disparates nas contas de água de uma população que iniciava a safra de 1984, certa de que já estava sendo lesada com a implantação do novo sistema de corte de cana. Com essas mudanças, conforme a grande imprensa da época, um trabalhador do corte da cana gastava cerca de 40% do seu salário, com a conta de água. Somava-se ainda a isso, a questão do transporte precário a que eram submetidos os trabalhadores, em carrocerias de caminhões conhecidos como “pau de arara”. Além da carestia do arrocho salarial impactado pela inflação descontrolada.

No dia 14 de maio, 17 turmas de cortadores de cana interromperam o trabalho nas fazendas da Usina São Martinho. Na madrugada do dia 15 de maio de 1984, aproximadamente cinco mil trabalhadores dividiram-se nas três entradas do município de Guariba (30 mil habitantes/1980), pelos bairros da COHAB, CECAP e Vila João de Barro. Por meio de piquetes com galhos de árvores e portando podões em mãos, os trabalhadores ameaçavam tombar os caminhões que tentassem levar as turmas para o eito das Usinas: Santa Adélia, São Carlos, Bomfim e Santa Luzia, além da São Martinho. No mesmo dia, o escritório da SABESP foi destruído e queimado pelos trabalhadores revoltados. O supermercado do ex-gato (arregimentador dos trabalhadores) Cláudio Amorim foi saqueado pelo movimento paredista.

O amanhecer da quarta-feira revelou o clima tenso que ainda pairava no cotidiano dos cidadãos guaribenses. As casas comerciais permaneceram com suas portas fechadas, havia perspectiva de faltar alimentos, principalmente nas casas dos trabalhadores. Os piquetes aconteceram por todos os cantos da cidade, ainda fortemente patrulhada pela milícia (PENTEADO, 1995, p.44).

Por volta das 11 horas daquela manhã, duzentos homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar, vindos de Araraquara, iniciaram a repressão. O jornal Folha de S. Paulo, em 16 de maio de 1984, relatou o seguinte ocorrido:

Um grupo entre 150 e 200 policiais foi enviado dos municípios vizinhos (Ribeirão Preto, Araraquara, Bebedouro, Jaboticabal e outras). Quando tudo estava tranquilo, o grupo comandado pelo Major Fábio (de Arara-

quara), atacou com bombas e tiros, causando ferimentos e morte de um espectador. O Secretário de segurança pública de SP, Michel Temer, afirmou que manterá as tropas na cidade para evitar novas ações dos trabalhadores. O comandante do policiamento do interior, Coronel PM Bonifácio Gonçalves, afirmou que as tropas não teriam sacado suas armas.

Conforme relato do professor Francisco Alves, em audiência para o Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade em setembro de 2014, na cidade de São Carlos-SP, os usineiros responderam à greve associando-se a uma empresa de nome Imagem, responsável pela publicidade do setor. Essa empresa entrou em contato com o então governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro e estabeleceu acordo para pagamento de serviço extra aos batalhões da polícia militar com vistas à repressão da greve. Os usineiros teriam pago soldo extra, bem como alimentação e alojamento para que os batalhões pudessem reprimir como milícia armada dos usineiros qualquer foco grevista. Esse uso da polícia militar para fins privado e de repressão se repetiu também no ano de 1985 e 1986, contra o movimento grevista, que se repetiram no interior do Estado (Comissão da Verdade Rubens Paiva, 2014).

Após cinco horas de levante, a revolta do dia 15 de maio foi contida, totalizando trinta pessoas feridas, sendo vinte à bala, das quais se destacam as mais graves – Izilda Bezerra (20 anos) alvejada no abdômen, Oswaldo José Maria (23 anos) baleado na cabeça, Nazaré Carvalho de Souza (35 anos) atingida no peito. A ocupação de Guariba pela polícia militar resultou na morte de Amaral Vaz Meloni com um tiro na cabeça. Meloni era um metalúrgico aposentado de sessenta anos que observava e apoiava os trabalhadores pequizeiros das escadarias do portão do Estádio Municipal “Domingos Baldán”. O inquérito policial sobre o homicídio até hoje não foi localizado (MENDES, 1999; ARONI, 2014). No processo nº245/1984 é apresentada denúncia da SABESP e de Cláudio Amorim, referente à destruição da autarquia e saque do supermercado, respectivamente. É possível que conste neste processo os inquéritos policiais com a denúncia de homicídio. Já que os arquivados na delegacia da cidade, segundo relato do atual delegado de Guariba, foram destruídos em incêndio provocado em rebelião na cadeia, no início da década de 1990. Pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2014, no Fórum da Comarca de Guariba, apontaram que no livro Registros de Feitos (17.01.1978 a 19.12.1990), o Processo Judicial no

qual consta o Inquérito Policial aberto em 18 de junho de 1984, sobre os acontecimentos da greve, foi encaminhado para Justiça Federal. Em setembro tentou-se peticionar o desarquivamento do processo, porém a recusa do distribuidor gerou o posicionamento da Vara Penal, pela emissão da Certidão de Objeto e Pé, pronunciando-se que o processo da Greve de Guariba ainda está em curso em Brasília, sem especificar em qual Tribunal Federal. Pesquisas realizadas, em janeiro de 2015, no poder judiciário em Brasília, no DIDOC – Diretoria de Documentação e Divulgação do Superior Tribunal Militar, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e na Justiça Federal não localizaram nenhum processo com nome de Amaral Vaz Meloni. Aventa-se o possível o desaparecimento administrativo do inquérito e peças processuais.

Ainda referente ao Inquérito Policial Militar, Penteado (1995) sustenta que ele não logrou êxito investigativo, uma vez que no próprio dia 15 de maio, o delegado da cidade anunciou que o projétil deflagrado que matou Amaral Vaz Meloni não correspondia aos calibres utilizados pelos pelotões destacados para operação. É importante salientar, outras vítimas foram feridas por disparados de arma de fogo, o que implicaria em se periciar esses outros projéteis, para possíveis denúncias de lesões corporais e tentativas de homicídio, para apresentação de denúncia e queima crime. Dados que poderiam ser encontrados no processo n.º 245/84.

Além da repressão aos piquetes realizados pelos trabalhadores, Francisco Alves contou que os batalhões da polícia se dirigiram aos bairros onde residiam os bóia-frias, espancando diversas famílias dentro de suas próprias casas. O trabalhador Domingos Dias Bicalho, por exemplo, foi espancado por cinco policiais. No documentário Guariba 84 (NOVAES, ALVES, 2001) é possível ver cenas de pessoas sendo espancadas por policiais, casas sendo invadidas por eles e moradores sendo espancados dentro das próprias casas como é relatado no filme: “A polícia chegou dentro de casa. Mas foi uma chuva de couro em quem tava dormindo. [...] Bateram em todo mundo. Até rapaizinho que era de menor apanhou no dia. (idem)”.

Nos dias que se seguiram, dez mil trabalhadores em Guariba se mantiveram em greve. Ao longo da década de 1980 milhares de trabalhadores rurais de toda a região se mobilizaram, fazendo novas exigências e pedindo o cumprimento de antigos acordos. Em 1987, por exemplo, mais de cem mil trabalhadores de 42 municípios entraram em greve. Eles deixaram claro que, na nova era democrática, os trabalhadores volantes de São Paulo esperavam tratamento igual àquele dispensado aos trabalhadores rurais permanentes,

mostrando a sua determinação em definir a democracia como a rejeição da condição de marginalidade a que a ditadura militar os havia condenado. (WELCH, 2010).

O padre José Domingos Bragheto, à época membro da CPT de Jaboticabal, relata ameaças vivenciadas durante os conflitos de Guariba:

Eu, pessoalmente não estava lá em Guariba no dia da eclosão do movimento (...). Ao ser informado pelo secretário da CPT a respeito da eclosão da greve, rumei para Guariba chegando no dia seguinte. O clima ainda era muito tenso (...). A repressão que já agira no dia da greve (...), ameaçavam com voos rasantes de helicóptero junto à assembleia dos trabalhadores. O clima era aterrador e de revolta. A imprensa oficial notadamente de direita, como revista VEJA e o jornal O Estado de São Paulo, conspiravam contra os trabalhadores e colocavam a culpa em mim pelos acontecimentos, o que me deixou muito aborrecido, pois procuravam deslegitimar a classe trabalhadora, como sendo incapaz de agir por conta própria. Nos piquetes da greve, que durou dias é que a repressão se fez sentir mais forte pela Polícia Militar. Vários batalhões foram direcionados a Guariba, que praticamente ficou sitiada. No bairro chamado “João de Barro”, sofremos a repressão forte. A PM com sua tropa de choque avançou sobre os trabalhadores, que dispersaram. Como eu estava junto levei uma surra forte e fiquei alquebrado no chão. Não contentes, a tropa avançou sobre as casas dos trabalhadores e bateu neles dentro de suas próprias casas, num flagrante abuso dos direitos humanos. Vários ficaram feridos. Tive que me refugiar na sede do sindicato em meio aos gases das bombas de efeito moral (...). No entanto, o acordo foi alcançado (Depoimento de BRAGHETO, 2014).

Na esteira da greve de Guariba, também em 1985 vários trabalhadores da Região de Ribeirão Preto entraram em greve por direitos, como por exemplo, 100 mil apanhadores de laranja de Bebedouro. Nesse movimento paredista também a repressão se fez sentir, como apontou Bragheto.

Num dos piquetes a noite, a tropa de choque investiu contra eles e os dispersou. Nesta noite fui cercado pela PM, recebi além de uma cacetada na cabeça, a voz de prisão. Detido, fui levado para a delegacia de Bebedouro. A Diocese de Jaboticabal, na pessoa do bispo D. Luiz Eugenio Perez (já falecido), enviou no dia seguinte um advogado que conseguiu me liberar. Mas a repressão não terminou. Em Pitangueiras durante essa greve, os trabalhadores eram presos na rua e nos bares, indiscriminadamente. Até mulheres boias-frias apanhavam da Polícia militar. A cidade também ficou sitiada. (DEPOIMENTO DE BRAGHETO, 2014).

Em Audiência da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em doze de novembro de 2014, em Ribeirão Preto -SP, Padre Braguetto relatou sua posição de assessorar na criação de sindicatos de luta pelos trabalhadores, os quais sofreram infiltração de policiais, que culminou em sua prisão ao dar apoio aos piquetes e trabalhadores. Além de suas atuações posteriores as greves de Barrinha, em 1985, quando passou a sofrer ameaças de morte pelo setor patronal e de ex-sindicalistas, o que levaram ao autoexílio.

Frente isso notamos a importância de se interpretar a história do campo brasileiro a partir de referenciais que mostrem a verdadeira condição dos processos ocorridos. Há que se aprofundar as reflexões e percepções do processo de modernização conservadora, nos elos que imbricam Estado e Usineiros, nas dimensões ocultadas do caráter violento e autoritário. É urgente a necessidade de desnaturalizar os processos que se deram no campo brasileiro e mostrar a devida dimensão que o período da ditadura alcançou tanto no campo como nas cidades. E além, visualizar os efeitos que permanecem como a impunidade penal ao assassinato do trabalhador Amaral Vaz Meloni, o possível desaparecimento administrativo do processo nº245/1984, e com também com efeitos no direito civil, pela não reparação a família do trabalhador.

## **O assassinato do canavieiro Orlando Correa na greve dos canavieiros em Leme - 1986**

Como reflexo dos processos de organização trabalhista que se deu no embate entre capital e trabalho iniciados pela greve de Guariba, em 1984, ocorreram outras greves nas regiões próximas. A greve de Leme, deflagrada em 27 de junho de 1986 foi um dos casos. A pauta de reivindicações era que a remuneração fosse aferida por metro linear e não por peso da cana, como vinha sendo feito.

Na manhã do dia 11 de julho, sexta-feira, o conflito deflagrou quando um ônibus cruzou o piquete realizado no Bairro do Bom Sucesso, paralelo à Ferrovia. Este era conduzido pelo motorista Orlando de Souza, da Usina Cresciumal, e levava 42 trabalhadores e três policiais militares: Wiston José Tristão, Genivaldo Matias dos Santos e Benedito Rosa Paixão. O ônibus era ainda escoltado por viatura da polícia, conduzida por José Aparecido Bernardo de Oliveira e Valter Domingues Franco.

Na época, criou-se a versão de que uma viatura oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo teria ultrapassado o ônibus e efetuado disparo contra o mesmo. O então superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, chegou a sustentar que o conflito era uma ação armada de dirigentes da CUT. O presidente José Sarney, por meio de seu porta voz, Fernando César Mesquita, afirmou que não iria aplicar a lei de segurança nacional ao caso, pelo envolvimento de políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), após ser informado da tragédia por meio do ministro-chefe do Serviço Nacional de Segurança, Ivan de Souza Mendes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1986). O laudo pericial do processo instruído em Leme desmente as versões acima, pois consta que o ônibus não foi alvejado por arma de fogo.

O piquete do dia 11 de julho, no bairro Bom Sucesso tinha por volta de 500 trabalhadores. O efetivo policial contava com 162 policiais militares com suas viaturas, 60 policiais do 10º BPMI de Piracicaba, 28 do 13º BPMI de Araraquara, 46 do 2º Batalhão de Choque da Capital, 28 do 3º Batalhão de Choque de São Paulo, além do efetivo do município.

O Inquérito Policial instaurado em 11 de julho de 1986, encerrado quatro anos depois, em 5 dezembro de 1990, é inconcluso quanto a apuração dos responsáveis diretos pelo assassinato de dois trabalhadores. Sibeles Aparecida Manoel (17 anos), empregada doméstica que participava e apoiava o movimento dos piqueteiros, ao correr da tropa de choque da Polícia Militar, que dispersava os canavieiros grevistas lemeneses, foi atingida por projétil de arma de fogo que transfixou seu corpo, e lhe causou a morte. No caso do trabalhador rural, Orlando Correa (22 anos) que se encontrava afastado por acidente de trabalho, após se ferir na perna esquerda com o podão, no corte de cana apoiou o piquete. Na ocasião do conflito foi atingido por projétil de arma de fogo na região do peito à altura do bolso direito da camisa o que causou sua morte.

Outros seis trabalhadores rurais também tiveram lesões por arma de fogo, Antônio Quirino Lopes, Vítor Nogueira, Valdemir Donizete Rosa, Jorge Aparecido Killian, Ademir Lírio Generoso Silva e Paulo Honório Pereira. Outros 11 trabalhadores, políticos e lideranças sindicais tiveram lesões de natureza física resultante da investida da polícia militar.

Ressalta-se que importantes lideranças sindicais e políticos estavam neste cenário e também sofreram com a brutal repressão. José Genoíno

juntamente com os deputados Djalma de Souza Bonn (presidente do PT no Estado de São Paulo, em 1986) e Anísio Batista (deputado estadual) além de Paulo Otávio Azevedo, virtual candidato a vice-governador pelo PT, disseram ter sido bastante espancados pelos policiais. Os três primeiros chegaram a ser detidos posteriormente, na Santa Casa, juntamente com o tesoureiro licenciado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) e candidato a deputado estadual pelo PT, Vedo Jorge Faita, o diretor da FETAESP e da Confederação Nacional na Agricultura (CONTAG), Élio Neves, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, Norival Guadaguin. (FOLHA DE S. PAULO, 1986).

Com oitiva de mais de 200 testemunhas, realização de exames periciais balísticos nos projéteis retirados das vítimas, em 122 armas dos 162 policiais, não se chegou aos eventuais autores dos disparos. Em 1991, o processo criminal N.º 384/1989 foi arquivado como inconcluso.

Em julho de 1987, o advogado Luís Eduardo Greenhalgh, que assessorava o Partido dos Trabalhadores, peticionou Ação Ordinária de Ressarcimento por Responsabilidade Civil, referente ao dano injusto provocado pela ação da polícia militar, com a morte dos trabalhadores Sibeli Aparecida e Orlando Correa, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Somente três anos depois, o juiz Ronaldo Frigini, da 1ª Vara Cível de Leme, condenou o Estado, em 31 de janeiro de 1990, a indenizar as famílias dos trabalhadores. Na sentença deste processo de indenização, n.º 7/87, apenas houve condenação na esfera cível, sem apuração e responsabilidade criminal<sup>7</sup>. Ainda, não se conseguiu localizar se houve recursos por parte da Fazenda Pública em contestar a decisão. Embora tardia, a responsabilização do Estado, ainda repercutia na transição democrática, com ausência de um Estado de Direito em que a persecução criminal, após o procedimento investigatório, implicaria na ação penal para ações antijurídicas dos agentes militares do Estado.

Por último sustenta-se que os inquéritos policiais, tanto no caso da greve de Guariba quanto de Leme passaram de instrumentos investigativos a uso de controle político, pela perseguição e anulação política, ao formular

---

*7 A ação declaratória de responsabilidade do Estado foi o mesmo mecanismo utilizado no caso Vladimir Herzog, torturado e morto no DOI-Codi de São Paulo em 1975, e em 1978, a União foi condenada a reconhecer procedimentos ilegais na prisão do jornalista, e recorreu da decisão. Outro caso foi o do metalúrgico Fiel Filho, detido e morto durante greve no ABC, em que ação de responsabilização também foi impetrada com vitória.*

seletivamente sua função administrativa de investigar, mas de não formular a culpa e apresentar a queixa criminal quando agentes do Estado estivessem envolvidos em casos de repressão e morte.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado) IE/Unicamp, Campinas, 1991.

ARONI, Rafael. A greve de Guariba (1984) no imaginário sociológico de estudantes secundaristas, **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v.3, n.3, 2014.

BARONE, Luis Antonio. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos boias-frias de Guariba. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, ano V, n.7, p.103-123, 1999.

BRAGHETO, José Domingos. **Depoimento à Comissão da Verdade Rubens Paiva**, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA. **Audiência Pública sobre a repressão no campo**. São Carlos, setembro, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. Economia, duas pessoas morrem em choque entre PB e bóias- frias. 12 de julho de 1986. FOLHA DE S. PAULO. **Tuma afirma que CUT pode estar envolvida**. 12 de julho de 1986.

FOLHA DE S. PAULO. **Sarney diz que problema é do governador Montoro**. 12 de julho de 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. **De Bóias-frias a Empregados Rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Maceió: Edufal, 1997.

NOVARES, Roberto; ALVES, Francisco. **Guariba 1984**. Universidade Federal de São Carlos, 2001. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3aLBbG6iIqI>. Acesso em novembro de 2014.



PENTEADO, Maria Antonieta. **Estratégia da fome**: trabalhadores e trabalhadoras da cana, maio de 1984. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas, 1995. 232pp.

SANTOS, Maria Aparecida dos. Irineu Luiz de Moraes ou Irineu de Moraes, breve notas. Texto inédito. In: WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Emiliana Andreo da. Despertar do campo: Lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. In: WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1942-1964. 1ª edição, São Paulo. Expressão Popular, 2010.

TERRA LIVRE. Ribeirão preto: líder camponês Irineu de Moraes ameaçado de prisão. Março, 1963. **TRIBUNA DE RIBEIRÃO**, Entrevista com Claudinei Nacarato, 07 dezembro, 1996.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**. São Paulo. Expressão Popular, 2010.